



MARINHA DO BRASIL

COMANDO DO 3º DISTRITO NAVAL

HOSPITAL NAVAL DE RECIFE

CONTRATANTE: UNIÃO/ MINISTÉRIO DA DEFESA/ MARINHA DO BRASIL/ COMANDO DO 3º DISTRITO NAVAL/ HOSPITAL NAVAL DE RECIFE.

CONTRATADO: Cooperativas.

OBJETO: Prestação de serviços de assistência médica.

NATUREZA: Ostensiva.

VIGÊNCIA:

VALOR ESTIMADO:

REGIME DE EXECUÇÃO: indireta, empreitada por preço unitário.

PROCESSO Nº:

CONTRATO Nº:

A União, entidade de direito público interno, por intermédio do HOSPITAL NAVAL DE RECIFE (HNRe), órgão do Ministério da Defesa, com sede na Av. Cruz Cabugá, nº 1.200, CEP 50.040-000, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.502/0066-90, representado neste ato pelo (a) seu (sua) Ordenador (a) de Despesa, o (a) Capitão de Mar e Guerra, médico (a), _____, designado (a) para a função pela Portaria nº _____, publicada no DOU de _____, portador (a) da matrícula funcional nº _____, residente e domiciliado (a) nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a Organização Civil de Saúde (OCS) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida à Rua _____, Bairro _____, neste ato representada pelo Sr. Diretor Administrativo, representante (s) legal (is) da Credenciada, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado, nos termos da legislação infraconstitucional constante do Edital de Credenciamento, que integram o presente Termo de Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto.

1.1. A finalidade deste contrato é garantir aos beneficiários do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), nas condições especificadas neste instrumento e no edital, por intermédio de **Cooperativa de trabalho médico**, assistência Médico-Hospitalar, com exercício de atividades

em caráter regular, vinculada ao Hospital que venha a ser credenciado.

1.1.1. O objeto contratual abrange as seguintes especialidades:

1.1.1.1. [Especificar as especialidades cobertas por este contrato], conforme consta na Carta Proposta da Cooperativa, devidamente reconhecidas pelo respectivo órgão federal da profissão e regulamentada por lei.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital.

2.1. Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento do HNRe, de ____ de ____ de 20____, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - Do fundamento legal.

3.1. A presente contratação fundamenta-se nos artigos 74, *caput* e 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução.

4.1. As condições gerais de execução dos serviços constam da Seção 7 “DO REGIME DE EXECUÇÃO”, do edital de credenciamento, e do item 5 “MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO”, do Termo de Referência, anexo A do edital, observadas as regras especiais abaixo registradas.

4.2. Registrem-se abaixo regras de contraprestação específicas a este tipo de contrato.

4.3. A presente contratação deverá observar os seguintes **impedimentos**:

4.3.1. O médico cooperado não poderá possuir qualquer vínculo com o hospital credenciado, à exceção de vínculo de natureza estatutária, consubstanciado em diretoria sem subordinação ou participação societária.

4.3.2. O médico cooperado não poderá ser subordinado à administração do hospital credenciado, por exemplo, quanto à definição de escala de trabalho, controle de frequência e etc.

4.3.3. A definição da escala de trabalho ocorrerá entre a administração do hospital e a Cooperativa.

4.3.4. A indicação do médico prestador do serviço dar-se-á por parte da Cooperativa, sem que o hospital credenciado possa indicar ou recusar determinado profissional.

4.3.5. O hospital credenciado não poderá realizar pagamentos ou transferências, a que título for, diretamente, para os médicos cooperados.

4.4. O CONTRATADO se obriga a apresentar ao CONTRATANTE a relação dos profissionais que integram seu corpo clínico, com seus respectivos registros nos conselhos de classe, cadastrados e autorizados por parte do CONTRATADO para atender aos beneficiários deste contrato nas respectivas profissões e especialidades.

4.4.1. O CONTRATADO obriga-se a manter a referida relação atualizada junto ao CONTRATANTE.

4.5. Os serviços serão remunerados com base nos valores constantes nas tabelas citadas no edital de credenciamento e no Referencial de preços de serviços de saúde do HNRe- anexo B do edital.

4.6. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de pelo menos um dos membros da equipe de Auditores do CONTRATANTE às dependências do CONTRATADO, a fim de examinar a documentação nosológica dos pacientes; assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.

4.7. O CONTRATADO se obriga a fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, documentos médico-legais e quaisquer outros documentos pertinentes, segundo as normas de regulamentação vigentes.

4.8. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado por meio de Portaria do Diretor da CONTRATANTE. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço para representá-lo.

4.9. O Serviço de Auditoria do HOSPITAL NAVAL DE RECIFE possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento.

5.1. Os serviços e o fornecimento agregado serão remunerados, conforme o item 8 “DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO” constante do edital de credenciamento.

5.2. Registrem-se abaixo regras de contraprestação específicas a este tipo de contrato.

5.2.1. O CONTRATADO acolherá por contraprestação os pacotes de prestação de serviços constantes do Referencial de preços de serviços de saúde do HNRe- anexo B do Edital – que conjuguem avaliação, prescrição e acompanhamento com acomodações (hotelaria), taxas hospitalares, instrumental cirúrgico, gasometria, equipamentos e outros serviços especiais para efetivação do tratamento proposto.

5.3. O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas, quando o usuário tenha sido encaminhando por parte do HNRe, acompanhado da Guia de Encaminhamento/Guia de Apresentação do Usuário (GAU), com a assinatura do beneficiário ou de seu responsável que comprove a prestação do serviço.

5.3.1. No caso de comprovada urgência e/ou emergência o beneficiário poderá ser atendido independentemente de encaminhamento, devendo ser comunicado à CONTRATANTE em até 48 horas.

5.4. Procedimentos não especificados na (s) Guia (s) de Encaminhamento e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

5.5. Após a prestação de serviços, o CONTRATADO deverá apresentar a fatura referente ao mês correspondente até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao atendimento, no Serviço de Secretaria e Comunicações (SECOM) da CONTRATANTE, no horário das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira.

5.5.1. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução.

5.5.2. A CONTRATANTE realizará a aferição das faturas por meio do Serviço de Auditoria de Contas Médico-Hospitalares (SACMH), conforme disposto no Edital e no Termo de Referência, anexo A do Edital.

5.6. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou com o estabelecido no edital.

5.6.1. O detalhamento sobre procedimentos relacionados a auditoria de contas, glosas, recursos e faturamento encontram-se estabelecidos no item 7 “CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO”, do anexo A do edital.

6. CLÁUSULA SEXTA - Da atualização dos preços.

6.1. O critério de atualização dos preços contratados consta do Item 9 “DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS” do edital de credenciamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - Da vigência.

7.1. O prazo de vigência inicial da contratação é de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato, admitida sua prorrogação por interesse das partes, respeitando-se o prazo máximo de 10 (dez) anos, na forma dos art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - Da dotação orçamentária.

8.1. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos do presente contrato serão os seguintes:

8.1.1. Para OCS: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão /Unidade 00001/83702, Fonte de Recursos 100000000 - 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216838 - 216820, Natureza da Despesa 339039, Plano Interno B.4220100.

8.1.2. Para PSA: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão /Unidade 00001/83702, Fonte de Recursos 100000000 - 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216838 - 216820, Natureza da Despesa 339036 - 339147, Plano Interno B.4220100.

9. CLÁUSULA NONA - Da responsabilidade civil.

9.1. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

9.2. A responsabilidade a que se refere a presente cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

9.3. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - Das sanções.

10.1. As sanções aplicáveis restam previstas na Seção 12 - “DAS SANÇÕES” - do Edital de credenciamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão.

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses da Seção 13 - “DA RESCISÃO” - do edital de credenciamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Das obrigações do contratante.

12.1. As obrigações constam da Seção 10 - “OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE” - do Edital de credenciamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Das obrigações do contratado.

13.1. As obrigações constam da Seção 11 - “OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS” - do Edital de credenciamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Da negação de remuneração a militares.

14.1. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao beneficiário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Do valor do contrato.

15.1. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato terá como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos 12 (doze) meses pelo HNRe, nos contratos anteriores.

15.1.1. O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato.

15.1.2. O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período, em consonância com o regime de empreitada por preço unitário.

15.1.3. O CONTRATADO aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato a monta realmente executada, ainda que acarrete redução, para além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, observado que inexistirá expectativa de direito quanto ao valor estimado.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Obrigações pertinentes à LGPD.

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável

